



<https://doi.org/10.51880/ho.v26i2.1321>



A imprensa pela perspectiva da história oral: a contribuição de Alzira Alves de Abreu

Otávio Daros*

ORCID iD 0000-0003-0738-8207

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, Brasil

Resumo: Alzira Alves de Abreu marcou presença no desenvolvimento dos campos que se convencionou a chamar história oral e história do tempo presente, no período que se estende da fundação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) às primeiras décadas dos anos 2000. O artigo analisa o conjunto de contribuições que a historiadora dá ao tema a que passou a se dedicar: a modernização da imprensa. Ao mesmo tempo que são expostos os fundamentos teórico-metodológicos e os resultados obtidos, discutem-se as principais questões que se colocam à sua investigação, a exemplo da indistinção, por vezes, entre os pontos de vista dos jornalistas entrevistados e os seus próprios.

Palavras-chave: História da imprensa. Perfil dos jornalistas. Memória e fontes orais. CPDOC.

The press from the perspective of oral history: the contribution of Alzira Alves de Abreu

Abstract: Alzira Alves de Abreu was present in the development of the fields that are conventionally called oral history and history of the present, in the period that extends from the foundation of CPDOC (center for teaching and research in the Social Sciences and Contemporary History) to the first decades of the 2000s. The article analyzes the set of contributions that the historian makes to the theme to which she began to dedicate herself: the modernization of the press. At the same time that the theoretical-methodological foundations and the results obtained are exposed, the main questions that arise in her investigation are discussed, such as the indistinction, sometimes, between the points of view of the interviewed journalists and her own.

Keywords: History of the press. Profile of journalists. Memory and oral sources. CPDOC.

* Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com orientação dos professores Francisco Rüdiger e Antonio Hohlfeldt. E-mail: otavio.daros@gmail.com.

Breve biografia acadêmica

Nascida no Rio de Janeiro, Alzira Alves de Abreu (1936-2023)¹ graduou-se em história e geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), nos tempos da Universidade do Brasil. Ao longo da graduação, que veio a concluir em 1958, “aproximou-se das ciências sociais sobretudo a partir da antropologia – cuja carga horária era considerável na grade curricular, sendo ministrada nos três primeiros anos do curso –, assistindo às aulas de Marina São Paulo de Vasconcellos, catedrática interina, e de Darcy Ribeiro” (Lopes, 2020, p. 299), que na época lecionava etnologia do Brasil.

Por intermédio deste, foi convidada para trabalhar no Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), órgão fundado na primeira metade da década de 1950, pelo educador Anísio Teixeira. É nesse contexto de inauguração no país de estabelecimentos pioneiros em estudos especializados que a historiadora recém-graduada obteve a primeira experiência profissional como pesquisadora, integrando-se ao grupo de trabalho de Darcy Ribeiro, que, por sua vez, passaria a ocupar o cargo de ministro da educação em 1962.

Com a instauração da ditadura militar após o golpe de 1964, os pesquisadores vinculados ao CBPE passaram a conviver, segundo ela, com situações de ameaça e pressão psicológica, visto que o centro no qual atuavam era associado não somente a um nome de confiança do presidente deposto, João Goulart, mas também aos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre os episódios, conta ela: “[...] eu me lembro que botaram uma nota no jornal com o meu nome dizendo que os comunistas continuavam ainda no CBPE, coisas assim de provocação. A gente viu que não tinha mais condição nenhuma de continuar no CBPE, aquilo já tinha acabado” (Abreu, 2012a, p. 6).

Ao deixar o quadro do CBPE, transferiu-se para o Instituto de Ciências Sociais (ICS), onde passou a trabalhar, entre outros, com o sociólogo Luciano Martins de Almeida. Antes isolado, o ICS teve destino semelhante ao da FNFfi e foi agregado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), como uma das tantas consequências da reforma do ensino superior de 1968. Seja como unidade autônoma voltada à pesquisa ou depois enquanto unidade de ensino e pesquisa ligada a esta universidade, o instituto não ficou imune às ações autoritárias dos militares e ao ambiente de desordem que se instalou – “a polícia invadia aquilo todo dia, os alunos faziam greve, era uma confusão horrível” (Abreu, 2012a, p. 13).

¹ Escrito em momento anterior ao falecimento de Alzira Alves de Abreu, ocorrido no dia 5 de março, não se trata o presente texto de uma homenagem póstuma, mantendo o propósito de ser uma análise crítica das contribuições da pesquisadora ao campo de conhecimento. Ainda assim, acredita-se que ler, comentar e discutir com seriedade a obra intelectual seja o principal reconhecimento acadêmico a ser prestado a uma figura de referência, tal como ela.

Dada a falta de condições para exercer a função acadêmica, a pesquisadora, ao receber da instituição permissão para afastamento sem que lhe ocasionasse perda da posição, inscreveu-se em um dos programas de bolsas de pós-graduação para o exterior, patrocinado pela Embaixada da França no Brasil. “Aí Celso Furtado foi uma pessoa que me ajudou muito, [...] ele estava já exilado na França, onde eu vou fazer meu doutorado”, conta Alzira (2012a, p. 13) sobre seu ingresso no curso de sociologia da Universidade Paris Descartes, em 1969.

Na tese que defendeu em 1975, propôs-se a examinar a experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, fundado em 1955 e extinto após o golpe de 1964. O trabalho em questão foi apresentado sob o título *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'Iseb*, e teve como supervisor o sociólogo François Bourricaud, acadêmico especializado em estudos da América Latina.

De volta ao Brasil, Alzira foi contratada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, por Celina Vargas do Amaral Peixoto e Aspásia Camargo, junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV). O objetivo era compor o mais importante acervo de arquivos privados e depoimentos orais de pessoas com atuação na vida pública brasileira e, ao mesmo tempo, contribuir, mediante a renovação de instrumental metodológico, para a transformação do campo da história no país, visto que

[...] naquela época os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos. Os cursos universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da Revolução de 30. (Abreu, 1994, p. 3).

Ao iniciar carreira no CPDOC, coordenou, ao lado de Israel Beloch, engenheiro de formação, o projeto do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. A primeira edição da obra foi publicada em 1984, com quatro volumes e 4.493 verbetes. Em 2001, ainda sob a coordenação de ambos, mas com a entrada de Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Lamarão na equipe – o primeiro, cientista social, e o segundo, historiador –, foi publicada a segunda edição da enciclopédia, alcançando um total de 6.620 verbetes.

Aproximação dos estudos de jornalismo

O interesse de Alzira pelo estudo da história do jornalismo “vem da experiência do dicionário”, já que, conforme julgou, “era totalmente virgem esse material, você não tinha como estudar imprensa no Brasil, você não tinha nada” (Abreu, 2012a, p. 32).

Até então “a imprensa não constituía objeto de estudo da história e dos historiadores, embora os jornais desde muito tenham sido utilizados como fontes para a pesquisa por essa categoria de estudiosos” (Abreu, 1996, p. 7).

Naquela ocasião, a tarefa de escrita dos verbetes sobre os periódicos foi atribuída à historiadora Marieta de Moraes Ferreira, ficando responsável por entrevistar alguns dos nomes mais notáveis da história do nosso jornalismo.

Tem aí entrevista do Samuel Wainer, olha, as pessoas mais importantes da imprensa nesse período todo que a gente estava trabalhando, estavam aí, a Marieta entrevistou essa gente. Bom, e aí eu me lembro que eu começo a me interessar também pela história da imprensa. Mas eu acho que tem um papel importante aí com a entrada do Fernando Weltman, que o pai dele é um jornalista importante. (Abreu, 2012a, p. 32).

Posteriormente, Alzira organizou a coletânea *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996), juntamente com seus colegas de fundação. Além das contribuições de Fernando Lattman-Weltman, Marieta de Moraes Ferreira e Plínio de Abreu Ramos, a obra traz uma análise da própria organizadora que esboça os caminhos dos suplementos literários no país. Aqui aparece a tese de que esses impressos se constituíam em espaços públicos, por acolherem uma intelectualidade que nem sempre encontrava aceitação no meio universitário. Com o processo de modernização que passou a imprensa, os suplementos teriam sido, porém, convertidos em veículos destinados à divulgação de lançamentos editoriais, ao passo que os postos nas redações, até então ocupados por intelectuais públicos, foram assumidos por bacharéis em jornalismo.

Seguindo, editou a historiadora ainda outros dois livros: *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* (2006) e *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC* (2006), estes em parceria com Lattman-Weltman e Dora Rocha. O primeiro volume traz entrevistas com figuras como Evandro Carlos de Andrade, Otávio Frias Filho e Mino Carta; já o seguinte apresenta depoimentos com personalidades femininas, a exemplo de Ana Arruda Callado, Míriam Leitão e Fátima Bernardes, que, por seu turno, relatam como se firmaram na profissão, apesar dos desafios e preconceitos enfrentados dentro e fora das redações.

Em termos de obras de autoria única, Alzira escreveu *A modernização da imprensa* (2002), tomando como período de análise os anos 1970 até os 2000. Mais recentemente, publicou *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje* (2017), livro que compila artigos apresentados em eventos acadêmicos nos anos anteriores, como no III Encontro Nacional de História Oral em Campinas, em 1996, e no XVI International Oral History Conference em Praga, em 2010. Tanto na obra de síntese quanto na compilação, são abordados temas diversos: das mudanças que se processaram simultaneamente no jornalismo e no perfil dos seus jornalistas ao papel que desempenharam na consolidação do regime democrático.

No que se segue, ao minuciar o conjunto de contribuições dadas pela estudiosa, pretende-se examinar de que maneira ela se vale das técnicas da chamada história oral, bem como de outras estratégias metodológicas para desenvolver sua pesquisa em história da imprensa. Os principais pontos a serem evidenciados dizem respeito ao modo como ela – enquanto historiadora e socióloga de formação, sem pretender ser propriamente uma acadêmica do jornalismo –, constrói argumentativamente seu relato, e logra ou não cultivar reflexão própria sobre o fenômeno em pauta, marcando no transcorrer da narrativa, por exemplo, distinção entre os pontos de vista dos jornalistas entrevistados e o seu.

Interseções entre história oral e história do tempo presente

Situando-se no campo da “história do tempo presente”, o trabalho de Alzira está amparado metodologicamente na história oral, procedimento que consiste na realização de entrevistas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos ou outros aspectos da contemporaneidade, para que, em seguida, as informações obtidas sejam submetidas a tratamento analítico, mediante o qual serão produzidas interpretações próprias acerca do fenômeno em observação. Considerando que “a fonte oral é contemporânea do historiador, e não do acontecimento”, essa metodologia tende a permitir que o analista se aproxime “do passado e do presente que está sendo narrado pelo depoente” (Abreu, 2012b, p. 98).

A afirmação da referida área acadêmica, no Brasil, deve-se, além de nomes recém-mencionados, a outros como: José Carlos Bom Meihy, Verena Alberti, Antonio Torres Montenegro e Lucilia de Almeida Neves Delgado,² contribuidores de primeiro plano da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), fundada em 1994, bem como de outros espaços de discussão voltados à disciplina. Entre as iniciativas pioneiras, destaca-se o programa de história oral, criado em 1975, enquanto parte do CPDOC, do qual Alzira foi coordenadora geral (1985-1989), diretora (1990-1994), e segue como pesquisadora associada.

Conforme relata, o centro “foi buscar na França os subsídios técnicos necessários em termos de arquivamento e organização de arquivos privados pessoais, e nos Estados Unidos o modelo para o formato institucional, baseado no das bibliotecas presidenciais”.³ Com a expansão do mesmo, “novos projetos de pesquisa foram se

² Autores/organizadores, respectivamente, das seguintes obras: *(Re)introduzindo a história oral no Brasil* (1996); *História oral: a experiência do CPDOC* (1990); *História oral e memória: a cultura popular revisitada* (1992); e *História oral: memória, tempo, identidades* (2006).

³ A influência francesa sobre a reflexão teórica e metodológica que daria base para o amadurecimento da disciplina fica evidente, por exemplo, na coletânea de ensaios *Usos & abusos da história oral* (1996), organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amado.

estruturando em torno da história política brasileira do pós-30, com ênfase em temas como a construção do Estado nacional, o pensamento social, as relações internacionais e a trajetória de atores políticos relevantes” (Abreu, 1994, p. 4-5).

Mundo afora, o desenvolvimento do campo relaciona-se com o contexto do pós-Segunda Guerra, quando a expressão “história do tempo presente” começa a ser cunhada. O seu emprego refere-se, inicialmente, a “uma tentativa de abarcar a nova situação que surgiu com esse acontecimento e suas conseqüências, que foram os conflitos e as crises de dimensão internacional que passaram a dominar o cenário mundial” (Abreu, 2004, p. 57). Em razão disso, os primeiros estudos ligados à área aparecem direcionados a essas circunstâncias políticas. Especialmente para os historiadores alemães e franceses, “tratava-se de explicar o nazismo, a ocupação europeia do pós-guerra, assim como as questões que começaram a abalar a Europa logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial” (Abreu, 2004, p. 57-58).

Teria sido, contudo, apenas a partir da década de 1970, que essa perspectiva, “até então ignorada ou simplesmente excluída do campo de análise dos historiadores, conseguiu ultrapassar os conflitos de legitimidade que lhe eram colocados e passou a ser objeto de estudo de muitos historiadores” (Abreu, 2017, p. 63). Do ponto de vista analítico-metodológico, “a história do tempo presente não está só voltada para a análise dos efeitos do passado sobre o presente, mas está buscando, principalmente, esclarecer o passado a partir das questões que se colocam hoje no presente”. Ademais, “a utilização de novas fontes, a análise comparativa e a relação com as outras ciências sociais são os elementos que a diferenciam da história tradicional” (Abreu, 2004, p. 57), consolidada desde o século XIX.

Se o documento escrito era tido pelos historiadores vinculados à corrente positivista como a fonte legítima, por motivos de “convicção de que só o distanciamento no tempo permitiria uma história dita científica” (Abreu, 2004, p. 57), ao passo que se verifica uma profunda renovação de abordagens, o documento oral adquire tanta legitimidade quanto aquele. Pouco a pouco, “a memória viva, em lugar da memória morta, torna-se a fonte privilegiada do historiador do tempo presente” (Abreu, 2004, p. 58). Uma das principais diferenças entre elas estaria no “fato de que a memória do testemunho oral reconstrói o passado, enquanto os arquivos clássicos, que são contemporâneos do acontecimento, reconstróem o presente”. Dito de outra maneira: “o entrevistado reconstitui o passado à luz da sua história, em função de seu presente – isto é o que se chama de *handicap do a posteriori*” (Abreu, 2004, p. 57).

No entanto, adverte ela que os documentos orais colocam problemas não menos desafiadores do que os escritos, visto que ambos os materiais se encontram impregnados de subjetividade, são produtos de sua época e do meio social em que se inserem. Quer dizer, também o registro oral necessita ser submetido a uma crítica rigorosa. Nessa operação, o pesquisador deve “se situar diante dos atores que são seus objetos de estudo de forma a confrontar permanentemente os mecanismos da memória” (2004, p. 57) – e,

assim, evitar algumas armadilhas que têm sido apontadas justamente por historiadores associados a outras tradições.

Cumpra como para qualquer outro investigador social perseguir a exigência e a qualidade da verdade, tendo consciência de que essa não significa uma fé absoluta na “verdade científica”, tal como “a concepção redutora dos positivistas, que consideravam que o objeto histórico estava dado, era só descrevê-lo”. Nesses casos, “o historiador não construiu história, mas simplesmente já a encontrava tal como ela existiu no passado” (Abreu, 2004, p. 59). Embora esse entendimento já esteja superado, “a preocupação com a exatidão e a busca da verdade” permanecem como “as primeiras exigências que se colocam para o historiador” moderno. Aqui por verdade Alzira entende “que o que é apresentado pelo historiador pode ser provado, verificado” (Abreu, 2004, p. 58), uma vez que o trabalho de reconstituição do passado necessita estar fundamentado em fontes.

Se as verdades da história são “relativas e parciais”, o método empregado pelos praticantes da disciplina, por outro lado, “deve ser entendido como o conjunto de procedimentos intelectuais que permite que qualquer pessoa que respeite esses procedimentos, e que coloque as mesmas questões e as mesmas fontes, chegue às mesmas conclusões”. Portanto, há que sempre se partir do suposto de que os demais vão percorrer o caminho descrito e, sendo o caso, eles têm que poder “verificar e comprovar as conclusões” (Abreu, 2004, p. 60) alcançadas pela autoria.

Jornalista x historiador do tempo presente

Reside aqui, a seu ver, uma diferença importante entre o trabalho do historiador e o do jornalista, responsável por apurar aquilo que se passa em espaço muito breve de tempo, que é da ordem do instantâneo. O historiador do tempo presente não se ocuparia desse imediato, pois enquanto tal “trabalha sempre com a construção de seu objeto de estudo, não importa qual seja sua natureza”. Tal ação “implica necessariamente um tempo para a consulta e a síntese dos documentos disponíveis, o que permite certo lapso de tempo em relação à produção do acontecimento e sua análise histórica” (Abreu, 2017, p. 68).

A distinção entre a atividade historiográfica e a jornalística não estaria na busca das fontes, mas sobretudo no tratamento conferido a elas. Na visão de Alzira, “o jornalista considera que os dados que ele obteve por meio da sua pesquisa o levam diretamente à verdade”, tanto é que “acredita poder relatar a versão verdadeira” a partir da sua apuração. O mesmo não se aplicaria ao historiador, que “deve demonstrar a validade do seu método em relação às questões colocadas e às fontes que ele utilizou”. Além do mais, aquele tem a liberdade de “transmitir o resultado do seu trabalho sem explicitar

para o público a maneira como ele trabalhou”, visto que o que “obtem muitas vezes é confidencial e seus informantes têm que ser mantidos no anonimato, ao contrário do historiador” (Abreu, 2004, p. 61).

Seguindo a leitura da estudiosa, pelo menos até os anos 1990, no Brasil ainda eram poucos os estudos históricos propriamente sobre a imprensa e seus profissionais, o que pode estar ligado, em parte, à concepção de que “só era possível fazer história por meio da reconstituição do passado” distante. Antes da aceitação acadêmica da história do tempo presente, “o historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar ‘objetivamente’, sem paixões, o seu objeto de estudo” (Abreu, 1996, p. 7-8). Sendo assim, a primeira razão que explicaria a falta de trabalhos históricos com foco na mídia, ou o desinteresse dos historiadores pelo jornalismo como tema em si mesmo, referir-se-ia ao plano metodológico.

Outra estaria no plano teórico, na medida em que a imprensa era “geralmente considerada subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante” (Abreu, 1996, p. 8), isto é: mera divulgadora de um discurso proveniente de outros atores e instituições políticas. Portanto, o entendimento predominante seria de que os meios de informação não possuem o papel de construtores dos fatos que divulgam. Tal perspectiva estaria “no centro de certas apropriações das teses marxistas, que analisaram a mídia como aparelhos ideológicos a serviço da classe dominante, garantidores de seu poder de dominação” (Abreu, 2017, p. 221).⁴

Alzira manifesta discordância dessas abordagens, por levarem a exames que não dariam conta de fornecer explicações adequadas sobre o modo como a mídia participa simultaneamente da construção das representações e práticas de poder. Como instituição moderna, essa deveria ser percebida, a seu juízo, “como uma unidade de contestação pública, como um indicativo da opinião da sociedade, em especial da elite dirigente, da elite empresarial e da classe média” (Abreu, 2017, p. 138). Ao mesmo tempo, haveria de se ter em vista que “a imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade; ou seja, como ator social, participa de todo o processo político” (Abreu, 2017, p. 68). Eis as justificativas para a inclusão desta entre os novos objetos da historiografia.

Por uma história (oral) da imprensa e seus profissionais

Ao conduzir sua investigação, Alzira escolheu, em um primeiro instante, debruçar-se sobre a década de 1950, sob o argumento que foi no pós-guerra que também no Brasil os jornais de maior circulação “passaram por grandes transformações, tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações

⁴ Para discussão específica, ver Rüdiger e Daros (2020).

técnicas, gráficas e editoriais” (Abreu, 1996, p. 10). Em seguida, avançou para o período de análise dos anos 1970 a 2000, com o propósito de compreender o papel da mídia informativa na transição do regime autoritário para o democrático, bem como as mudanças no perfil dos jornalistas.

Ao todo, foram ouvidos cerca de 60 profissionais com atuação em redações de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. As entrevistas foram realizadas entre o fim dos anos 1990 e início da década seguinte. Foram selecionados jornalistas pertencentes à geração nascida entre 1920 e 1930, e que ocuparam posições estratégicas no meio. Também foram entrevistados profissionais que ingressaram na atividade durante os anos 1960 e 1970, e que vieram a assumir posições de destaque após 1980. Ou seja, sujeitos da geração nascida nos anos 1940 e 1950, e que já entraram no mercado de trabalho sob a exigência do diploma universitário, de comunicação social com habilitação em jornalismo.

O objetivo primeiro seria tomar nota de que curso cada indivíduo frequentou, as estratégias que se valeu para obter o primeiro emprego no setor, os jornais em que atuou e as funções que nele veio a exercer. Depois, teriam sido introduzidas questões relativas às experiências de trabalho, procurando estabelecer uma comparação entre o período militar-autoritário e o pós-redemocratização. Em resumo, foram eles convidados pela historiadora a sintetizar suas trajetórias profissionais, dado que o intuito dela era tentar estabelecer vínculos entre a dimensão temporal e as mudanças no plano social e político.

Através da biografia, das trajetórias individuais, em combinação com cortes geracionais, queríamos mostrar as experiências vividas em um determinado contexto social e em um quadro político comum; como os indivíduos reagem, adaptam-se e atuam em conjunturas desfavoráveis para a realização de um projeto de vida. Não estávamos interessados em fazer longas histórias de vida; todos os entrevistados foram submetidos a perguntas básicas, e em torno delas é que se desenvolveram as demais questões (Abreu, 2012b, p. 97).

Então, de imediato, coloca-se a questão: que indivíduos estudar? A escolha da estudiosa foi a de “privilegiar personagens que ocuparam ou ocupam posições capazes de lhes garantir participação em decisões que afetaram ou afetam o curso dos acontecimentos, de lhes dar uma perspectiva mais ampla sobre o tema analisado, um conhecimento mais ou menos completo do fenômeno em estudo” (Abreu, 2012b, p. 97). Isto é, diretores de redação, chefes de editorias, responsáveis por colunas de prestígio etc. – ilustrados em figuras como: Alberto Dines, Joelson Beting, Paulo Henrique Amorim e Lillian Witte Fibe.

Tomada a decisão de que classe profissional entrevistar, houve o cuidado, ressalta a pesquisadora, para não “reduzir a um indivíduo a explicação no encaminhamento de todo o processo de transformações”, como pode ser tentador fazer ao se trabalhar com esse tipo de fontes. O entendimento foi e deve ser, segundo ela, o de “que existe

uma enorme complexidade nas decisões e nas ações que levam à mudança, o que exige a participação de vários profissionais nas várias etapas desse processo” (Abreu, 2012b, p. 101).

À vista disso, “as respostas não podem ser examinadas como casos individuais”, sendo necessário adotar estratégias que não considerem a biografia meramente um caso particular. Mas, em vez disso, mostrar, “através da análise de um conjunto de trajetórias individuais, as relações causais e algumas regularidades no comportamento dos jornalistas que detêm hoje o poder de definir a informação para o grande público brasileiro” (Abreu, 2012b, p. 97). Ao longo de seus estudos, as entrevistas, assim exploradas, teriam aberto possibilidades de exame que vão desde as tendências do jornalismo contemporâneo até as mudanças ocorridas na estrutura organizacional das empresas, como irá se expor e discutir adiante.

Desenvolvimento da pesquisa sobre história e atuação da imprensa

Inicialmente concentrada no estudo do período dos anos 1950, Alzira lançou-se em duas linhas de pesquisa: 1) a cobertura jornalística em torno da crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas; e 2) as mudanças que sofreram os suplementos literários, bem como o perfil dos intelectuais-jornalistas que neles escreviam. No momento seguinte, ao estudar o intervalo dos anos 1970 até 2000, ainda enfocando a profissionalização dos jornalistas, manifestou interesse por outras questões, como as tendências do jornalismo econômico e investigativo.

No que concerne ao primeiro tema, a investigadora recorda que a imprensa, após ser alvo de censura durante o Estado Novo (1937-1946), desempenhou papel de peso na crise política que culminou na morte de Vargas, durante seu segundo governo (1951-1954). Argumenta que os jornais de referência da época – *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, para citar alguns – “atuaram decisivamente tanto na formação de um consenso a respeito da crescente inviabilidade política do prosseguimento do mandato do presidente quanto na intermediação do diálogo e da articulação entre os diferentes grupos das elites políticas para a resolução do impasse” (Abreu, 2017, p. 98).

Essa argumentação deriva de uma análise que está estruturada como “sequência de etapas típico-ideais”, que consiste na descrição do comportamento de cada periódico, a fim de obter uma “média comportamental”. Em um primeiro momento, os jornais teriam publicado notícias que apresentavam o incidente – ou atentado –, o que corresponderia à fase de “construção do seu significado de grave crise política e moral e, em alguns casos, de proposição da tese de que o presidente é o principal responsável, mesmo que indireto, pelo crime”. Posteriormente, a imprensa teria ingressado em

outra fase, desta vez de acusação, pela qual operava, “basicamente, nos movimentos de (re)produção da indignação coletiva, ou de coletivização da indignação moral, e de comprovação da tese do comprometimento do presidente” (Abreu; Lattman-Weltman, 1994, p. 32).

O terceiro momento refere-se a um apelo à renúncia, “uma vez comprovada a tese inicial, da responsabilidade do presidente, conclui-se por sua total incapacidade moral para continuar em exercício e apela-se para a solução menos traumática da crise”. Até mesmo “os jornais mais moderados se convencem da inviabilidade política da continuação do governo de Vargas”. Por fim, chegar-se-ia à etapa de articulação da deposição, dado o esgotamento da proposta anterior. De acordo com os analistas da matéria, “o presidente, na verdade, não mais governaria e com sua resistência acabaria por arrastar o país ao caos e à anarquia” (Abreu, 1994, p. 32).

Passando à análise do período do governo Kubitschek (1956-1961), a questão da cobertura política é deixada de lado, e passa-se para o relato sobre a renovação do jornalismo, principalmente daquele praticado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

A questão da modernização dos jornais diários de referência

Tal processo de modernização teria ocorrido em sintonia com as mudanças na estrutura produtiva do país, com a substituição das importações e as intervenções do Estado, que passou a desempenhar função empresarial. Diante desse cenário desenvolvimentista, nossa imprensa “foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como característica o grande espaço para os *fait divers*, para a crônica e para a publicação de folhetins”. Importado da França ainda no século XIX, esse modelo foi, a partir de meados do século seguinte, “gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (Abreu, 1996, p. 15).

Periódicos como *O Globo* e *Folha da Manhã* não demoraram a passar por “mudanças na forma de transmitir a informação: a linguagem tornou-se mais objetiva, a notícia passou a ocupar maior espaço do que a opinião”. Antes deles, outros como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil* “introduziram também inovações técnicas na confecção do jornal. O *Correio da Manhã* sofreu também uma reestruturação empresarial, passando a contar com uma administração e um gerenciamento mais de acordo com as empresas burocráticas modernas” (Abreu, 1996, p. 15-16).

Essa nova lógica de gestão e produção foi adentrando nos jornais como um todo, não excluindo os suplementos reservados à criação artística e literária que, pelo menos

até o golpe de 1964, se constituíam em espécies de redes de sociabilidade para muitos intelectuais que nem sempre encontravam espaço no meio acadêmico. Em vez de “lugar de recepção de um discurso ideológico e político de esquerda”, ou de “debates travados pelos universitários a respeito de temas relativos ao encaminhamento do processo de desenvolvimento do país”, tais páginas abrigavam discussões diversas sobre os rumos do país, “através das vanguardas culturais e artísticas, por meio da divulgação do cinema crítico, do teatro engajado, da poesia concretista, das artes plásticas, da música etc.” (Abreu, 1996, p. 57-58).

À medida que a imprensa se modernizou, os suplementos foram reformulados com intenção de atrair um número cada vez maior de leitores e, concomitantemente, os poetas, contistas, ensaístas etc., que dominavam esse segmento, foram substituídos por jornalistas diplomados, “que acabavam de concluir os recém-criados cursos de jornalismo” (Abreu, 1996, p. 58). Com a valorização dos profissionais com formação especializada, “os suplementos deixaram de ser o espaço de veiculação da crítica literária, perderam a função de analistas da qualidade de um livro quanto a sua forma e conteúdo e se transformaram em meros divulgadores de novos lançamentos editoriais” (Abreu, 1996, p. 58).⁵

Essas transformações vieram a se intensificar nas décadas seguintes, quando as empresas jornalísticas receberam vultosos investimentos para melhorias de estrutura e tecnologia, assim como aperfeiçoaram seus modelos de gestão administrativa. Acontece que, “até os anos 1960, a maioria dos jornais de grande circulação era de propriedade familiar e administrada pelo dono”. Isso teria mudado entre as décadas de 1970 e 1980, espaço de tempo em que “o poder adquiriu outra dimensão: não está mais na mão de um só dono, é exercido por um número maior de membros da família, quem dirige são os membros da segunda geração” (Abreu, 2017, p. 142). Consequentemente, “houve uma grande concentração dos veículos de comunicação e, por outro lado, um grande alargamento e diversificação do público consumidor, que hoje tem dimensão nacional” (Abreu, 2002, p. 7).

Processo de massificação esse que ganhou forma no contexto do regime militar. Para atender as reivindicações populares e afastar o “perigo comunista”, representado pela estatização da economia e pelo impedimento de entrada de capital estrangeiro no país, “os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para

⁵ Mônica Nunes (2007) é autora de tese que sugere contraponto a esse entendimento, ao afirmar, com base em um estudo de caso sobre os jornais paulistanos, que apesar do início da inclusão dos suplementos “ter ocorrido em fins da década de 1920, foi no pós-1945 que, não apenas este gênero, mas também a inclusão de páginas literárias, passaram a ocorrer com grande frequência. Os jornais *Diário de S. Paulo* e *Folha da Manhã* destacaram-se em quantidade de lançamento de suplementos. E, em repercussão, sobressaiu o *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo*, que contava com grande participação de intelectuais universitários” (Nunes, 2007, p. 233). Para finalizar, ainda de acordo com ela, “os espaços para artes e literatura se davam de diversas maneiras, e não apenas em páginas e suplementos literários semanais” (Nunes, 2007, p. 234).

impedir a subversão, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país” (Abreu, 2002, p. 13). Os militares, por seu turno, “precisaram conquistar o apoio da imprensa a fim de mobilizar o sentimento civil a seu favor”, e assim conseguiram: “poucos foram os jornais que se opuseram à derrubada do regime constitucional” (Abreu, 2017, p. 139).

A narrativa que a historiadora constrói não é linear, mas insere viés de contradição ao abordar a questão. Pois “ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação” (Abreu, 2002, p. 15) – sem excluir, é verdade, a classe jornalística, que se profissionalizou e obteve melhoria salarial durante o período. O primeiro tipo de investimento era, para os militares, “parte de uma estratégia política, ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país incluía-se em um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos” (Abreu, 2017, p. 141).

Assim sendo, a historiadora sugere que o empresariado do setor se submeteu à censura, em larga medida, devido à dependência econômica e à preservação dos interesses políticos atrelados à máquina estatal, o que enfraqueceu, decerto, uma possível oposição ao autoritarismo. Até porque, ao mesmo tempo que beneficiavam os proprietários das empresas de mídia que lhes prestavam apoio, os governos do regime investiram em um discurso que “justificava sua permanência no poder como uma forma de restabelecer a democracia, ameaçada pelo governo Goulart e pelos comunistas. Os militares não assumiam abertamente a censura nem a repressão à liberdade de expressão. Era proibido denunciar a censura” (Abreu, 2005, p. 54).

Dadas as restrições para tratar dos assuntos de política nacional, incentivou-se nesse período a criação ou a ampliação das editorias de economia. No governo Médici (1969-1974), quando a censura foi mais severa, os donos dos jornais buscaram substituir o noticiário político pelo econômico, à medida que o tema se tornou elemento de legitimação do regime. Tais editorias eram vistas com bons olhos pelas autoridades, uma vez que constituíam “um espaço de menor risco porque as informações eram basicamente sobre o setor público, e os dados e índices eram oficiais, fornecidos pelo BNDE, pelo Conselho Monetário Nacional, pela Associação Comercial, pelas Federações das Indústrias, e fundamentalmente pelo Ministério da Fazenda” (Abreu, 2017, p. 171).

Significa que as editorias de economia serviram como instrumento de divulgação dos programas nacionais de política econômica, em um contexto de formação dos monopólios de comunicação, que diminuiram a autonomia dos jornalistas e aumentaram a sua dependência em relação ao poder. “Era importante para o regime que a imprensa divulgasse as conquistas e os avanços econômicos, na medida em que a economia se tornou a moeda de legitimação política para os militares” (Abreu, 2017, p. 125).

Por outro lado, as mesmas também foram utilizadas, noutras vezes, como espaço para engajamento político de resistência à ditadura. Inúmeros jornalistas críticos às ações do governo valeram-se do espaço editorial menos visado pelos censores para a publicação de dados elaborados por universidades e centros de pesquisa. Menciona-se o caso dos profissionais da área econômica d' *O Globo*, que “muitas vezes utilizaram análises feitas por estudiosos norte-americanos sobre o Brasil para denunciar a concentração de renda como fator de vulnerabilidade do regime” (Abreu, 2017, p. 127).

Tendências antagônicas do jornalismo contemporâneo

Ao colaborar com o movimento de desintegração da ditadura e depois se destacar no movimento das Diretas Já, também a chamada grande imprensa, diz Alzira, foi adquirindo maior credibilidade especialmente junto aos setores populares – até porque, não se pode ignorar que, “a independência jornalística tornava-se fundamental na luta pela concorrência” (Abreu, 2005, p. 61). Com a retomada da democracia, os diários passaram a investir em ações no sentido de expor os problemas que se colocam ao Estado de direito, visando demonstrar preocupação com a legitimidade dos processos. Daí a ascensão do jornalismo investigativo, ou ainda do “jornalismo de denúncia”, pelo qual a imprensa “se torna uma espécie de substituta da instituição judiciária” (Abreu, 2017, p. 56).

Quer dizer que a mesma imprensa que “contribuiu para a formação de uma consciência sobre a necessidade de redemocratizar o país” (Abreu, 2012b, p. 101), ao se fechar em um “denuncismo”, acaba hoje por deslegitimar as instituições públicas, sem que sofra qualquer limite em sua liberdade de publicação, pois os fins justificariam os meios. Na reflexão que traz, a autora deixa em aberto, todavia, pontos que parecem fundamentais, tal como a investida em problematização em torno dos conceitos que está aplicando (denuncismo, a começar). Ademais, ao fim da leitura do seu relato, ficasse sem saber quais seriam os danos causados, concretamente, por esse jornalismo de denúncia à confiança da população nas instituições, por exemplo.

Nas palavras dela, “estamos diante de um jornalismo apartidário, despolitizado e pluralista”, o que significa que a atividade de imprensa teria perdido o caráter político que lhe caracterizava. “Ontem, os jornalistas eram engajados politicamente, tinham uma ação dentro dos partidos políticos ou movimentos; hoje, são os profissionais, os técnicos, que vivem a crise do engajamento” (Abreu, 2017, p. 57). Em sentido técnico, lhes é cobrado “amplo conhecimento de várias áreas de mídia”, por isso mesmo, “as especialidades dos jornalistas tendem a desaparecer” (Abreu, 2017, p. 16).

A historiadora não percebe, no entanto, que tal afirmativa a leva a uma contradição de raciocínio, posto que até então o que assinalara era exatamente a tendência oposta:

a especialização da atividade, tendo em vista a ascensão do jornalismo econômico, seguido pelo investigativo. Ao tratar da produção noticiosa na mídia digital, passa a argumentar, de outro modo, que a exigência crescente é por profissionais multitarefas:

Agora o jornalista é obrigado a ter amplo conhecimento de várias áreas de mídia, deve estar preparado para utilizar vários formatos de mídia e várias linguagens. Atualmente é exigido do candidato a jornalista da internet que tenha capacidade de, entre outros atributos, redigir notícias, produzir fotografias, áudio, vídeo, construir páginas web [...]. (Abreu, 2017, p. 16).

Com a substituição de uma geração por outra, a imprensa teria perdido de vez a sua função político-missionária, embora “com a redemocratização, a luta por justiça e cidadania se ampliou e encontrou, nas redações, entre os profissionais da imprensa, grande receptividade” (Abreu, 2003, p. 39). O jornalista poderia ser visto hoje como pragmático, por oposição ao passado, quando era “diletante romântico” e declaradamente partidário. No compreender da pesquisadora, a participação na militância revolucionária teria sido substituída pelo apoio na luta por justiça, notadamente a defesa e promoção de direitos humanos para todas e todos.

O jornalismo contemporâneo exerceria, em vista disso, antes influência na construção da cidadania, como um tipo de ativista político, do que na conformação de uma ideologia. Enquanto veículos de informação – e não tanto de opinião –, fornecem aos indivíduos conscientização sobre os direitos que assentam o exercício da liberdade individual. Portanto, “é a imprensa que permite ao cidadão alargar o seu conhecimento sobre as questões públicas, evidentemente, não sobre o todo, e sim sobre parte do que se passa na sociedade” (Abreu, 2003, p. 26). Ainda, passa ela “a desempenhar o papel de representante político da população, mas sem mandato eletivo” (Abreu, 2003, p. 38).

Com o estabelecimento da democracia, a mídia se torna prestadora de serviço ao público, uma intermediária entre a comunidade e as autoridades. Entra em ascensão o jornalismo de “utilidade social”, que pretende servir aos interesses concretos dos cidadãos. “Até então prevalecia a noção de ‘responsabilidade social’ da mídia, que atribuía aos jornalistas o dever de assumir os efeitos e as consequências de seus atos profissionais junto ao público – era o princípio anglo-saxão da imputabilidade” (Abreu, 2003, p. 31). Agora, esta estaria cada vez mais voltada para o atendimento das reivindicações dos leitores.

Conclusões

Como detalhado, a contribuição de Alzira de Abreu para a historiografia do jornalismo caracteriza-se como um trabalho de síntese sobre as tendências advindas da

modernização da atividade de imprensa, o qual está amparado, metodologicamente, na chamada história oral. Diferentemente do que se poderia supor, não se trata de investigação orientada por uma ideia de história oral como história dos excluídos, tal como esta fora concebida por muitos (Thompson, 1978). Pelo contrário, o relato que constrói está baseado em depoimentos de sujeitos que estiveram em posições de destaque – diretores, editores-chefes, colunistas etc. – nos veículos de maior circulação do país. Ou seja, uma narrativa constituída mediante a articulação dos pontos de vista de um seletivo grupo de figuras tidas como protagonistas da renovação do setor.

A perspectiva assumida por Alzira, cabe notar, relaciona-se diretamente com o contexto acadêmico no qual se situa: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Vinculado à Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC montou-se como um importante acervo de arquivos privados da elite política nacional, ao mesmo tempo que, no âmbito da pesquisa, estimulou estudos sobre a trajetória e atuação de homens públicos, dentro dos marcos da Revolução de 1930 e da ditadura militar, instituída em 1964. Ao lado dos documentos escritos, ganharam espaço as entrevistas, notadamente a partir da criação de um programa especializado em história oral, ainda no ano de 1975. Mais do que ajudar na difusão desse instrumental metodológico, Alzira dele se valeu ao conduzir sua investigação.

Ao se interessar pelo tema da imprensa, a estudiosa vai reproduzir essa estratégia, priorizando entrevistar personagens da “elite”, embora não da esfera política, tal como era a tendência entre seus colegas de instituição. A nosso ver, isso não é em si um problema da sua empresa de pesquisa; trata-se de uma opção possível entre muitas, da mesma forma que ela poderia ter escolhido se fundamentar nos relatos dos atores com atuação de destaque em segmentos menores e ter esboçado, por exemplo, uma trajetória de desenvolvimento da mídia alternativa. A problemática, a nosso entender, seria outra: a ausência de devida marcação entre a ótica dos entrevistados e o prisma dela, de modo que, ao fim, não se sabe se a maioria das conclusões a que chega são suas ou dos depoentes.

Essa distinção seria fundamental no transcorrer de toda análise e interpretação do conteúdo extraído das fontes. A investigadora bem sabe disso, tanto é que discorre sobre a questão em uma de suas reflexões metodológicas. Isso, contudo, não significa que ela logra em sua execução, ao passar para o plano da prática de pesquisa. Pode-se especular que, muitas vezes, essa falta de ajuizamento em seu trabalho decorre da própria relação dela, enquanto historiadora, com o fenômeno em estudo. Alzira veio a se interessar pelo jornalismo, mas não se identificava, pelo menos antes da virada para os anos 2000, como especialista da matéria, tendo se dedicado a uma série de outros assuntos que pouco ou nada tem a ver com o fenômeno da imprensa e seus jornalistas. Ou seja, formada e com experiência acadêmica em outros campos do saber, adentrou neste por último.

No tocante à coerência argumentativa, Alzira começa por avaliar as transformações

sofridas pelo jornalismo cultural a partir dos anos 1950, quando a lógica modernizadora teria se imposto até nos suplementos literários e, então, convertido esses espaços de crítica em plataformas de divulgação de novidades editoriais. Essa mudança em termos de conteúdo também diz respeito, segundo ela, ao novo tipo de profissional que passa a habitar as redações: em vez de intelectuais politizados, com identificação partidária, predominam os bacharéis em jornalismo, com formação especializada.

Uma análise atenta do conjunto da sua obra, todavia, revela contradição no desenvolvimento dessa argumentação. Para a autora, na fase contemporânea, a imprensa se estabelece como uma instituição coparticipante na construção da cidadania, à medida que dá visibilidade à coisa pública e atua como intermediária das reivindicações populares. Tudo isso, porém, não apenas discrepa do que pensam, por exemplo, muitos dos teóricos da comunicação e do próprio jornalismo, que já há algum tempo falam em termos de espetáculo da mídia, mas também com o que a própria estudiosa havia apontado ao analisar os suplementos dos jornais diários. Em conclusão: ela começa por chamar atenção para as implicações dos efeitos modernizantes na imprensa em fase de indústria cultural, e termina constatando a emergência de um jornalismo cidadão, onde a prestação de serviço público se sobreporia ao regime da mercadoria.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'Iseb*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Paris Descartes, Paris, 1975.

ABREU, Alzira Alves de. CPDOC 20 anos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 3-6, 1994.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 25-40, jan./jun. 2003.

ABREU, Alzira Alves de. O historiador e a exigência da verdade. In: JORNADA BRASILEIRA DE CONTROLE INTERNO, 5., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Controladoria Geral, 2004. p. 55-62.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 48, p. 53-65, jan./dez. 2005.

ABREU, Alzira Alves de. Depoimento. Entrevista cedida a Celso Castro e Helena Maria Bousquet Bomeny. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, p. 1-43, jan. 2012a. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/alzira_abreu/TranscricaoAlziraAbreu.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

ABREU, Alzira Alves de. Um novo olhar sobre os jornalistas: os depoimentos orais. *Sur le journalisme*, Bruxelas, v. 1, n. 1, p. 96-104, set. 2012b.

ABREU, Alzira Alves de. *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 23-60.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (org.). *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOPES, Thiago da Costa. O Instituto de Ciências Sociais e a Sociologia no Rio de Janeiro: entrevista com Alzira Alves de Abreu. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 299-324, abr. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1996.

NUNES, Mônica de Fátima Rodrigues. *Pauliceia literária: páginas e suplementos literários em jornais paulistanos (1920-1964)*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) –Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2007.

RÜDIGER, Francisco; DAROS, Otávio. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. In: HOHLFELDT, Antonio; FINGER, Cristiane (org.). *Interações comunicacionais*. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 13-34.
THOMPSON, Paul. *The voice of the past: oral history*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Recebido em 17/11/2022

Versão final reapresentada em 08/07/2023

Aprovado em 15/07/2023

Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Conflito de interesses: nada a declarar.